



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---



## **Crianças e jovens em noticiários de horário nobre. Um estudo exploratório de noticiários televisivos emitidos em 2005**

CRISTINA PONTE, BRUNA AFONSO, RAQUEL PACHECO

*Universidade Nova de Lisboa e CIMJ – Projecto Crianças e Jovens em Notícia*

### **Resumo:**

Este trabalho é parte do estudo desenvolvido sobre os filmes *Smoking* e *No Smoking*, de Alain Resnais, por ocasião da apresentação da dissertação de mestrado intitulada “A multiplicidade pela sintaxe cinematográfica: uma análise dos filmes *Smoking* e *No Smoking* de Alain Resnais” ao programa de Comunicação e Semiótica da PUC/SP, sob orientação do prof. Dr. Arlindo Machado, no ano de 2006. Ao mesmo tempo em que se estruturam sobre uma forma narrativa permutativa (Arlindo Machado) e paradoxal, as duas obras gêmeas do diretor francês apontam para a dissolução de algumas das barreiras estéticas determinadas pelos formatos, estabelecendo relações dialógicas (Mikhail Bakhtin) com diferentes linguagens, estéticas e gêneros. As narrativas dos filmes partem da mesma situação para desenvolver doze histórias diferentes e contraditórias. A esta complexidade narrativa, somam-se elementos estéticos de muitas ordens e origens. Os filmes abrem diálogos com as estéticas dos teatros ilusionista, realista e de arena. Ressalta-se o fato de *Smoking* e *No Smoking* terem sido realizados a partir de oito peças teatrais de Alan Ayckbourn, incorporando a tradução intersemiótica (Júlio Plaza) em sua gênese. Os mesmos elementos que no teatro acarretam na estética realista são incorporados à linguagem cinematográfica para deflagrar um universo diegético nada verossímil. O teatro ainda se deixa transparecer no desenrolar das imagens que compõem os filmes. Entre planos, ângulos e movimentos, o ponto de vista do espectador de cinema camufla-se como sendo o do espectador de teatro. Por outro lado, a narrativa dos filmes, estrategicamente arquitetada, recombina as histórias, multiplica as possibilidades de desdobramentos possíveis e se constitui por meio de uma instância enunciativa que estabelece relações diretas com os jogos eletrônicos de simulação.

### **Palavras-chave:**

Jornalismo televisivo, notícia, enquadramentos, questões éticas

---

### **Introdução**

O que é notícia sobre crianças e jovens nos principais noticiários televisivos dos canais generalistas? Que peso têm aqui as representações sociais dominantes associadas a crianças e jovens, marcadas pela consideração da sua inocência ou rebeldia, respectivamente, mas também pela ansiedade e pela preocupação que decorrem da sensação de insegurança relativamente ao seu presente e futuro nas sociedades contemporâneas? Num tempo de “democratização do risco” e da “sociedade de risco global” (Beck, 1992, 2000), mudanças na esfera familiar, com o desaparecimento de comunidades alargadas, vão a par da individualização tornando os pais figuras singulares

responsáveis exclusivos pelos filhos e pelas decisões sobre o seu presente e futuro. Neste sentido, a procura não só de informação mas também de *confirmação* junto dos meios de comunicação social sublinha o valor da notícia como “ritual” (Carey, 1988) que expressa uma dada ordem do mundo.

Estas linhas orientadoras de um olhar exploratório sobre as notícias de televisão procuram ter em conta as particularidades deste meio de comunicação social particularmente poderoso e abrangente nas audiências que atinge.

Partilhando os noticiários de imprensa e de televisão uma cultura jornalística comum, as suas diferenças formais não podem ser ignoradas. Num artigo “clássico” dos estudos do jornalismo, dos anos 1970, Paul Weaver apontava como o alinhamento temporal do noticiário televisivo impõe uma ordem, a redução drástica do número de itens, e como as peças e o seu encadeamento assentam em linhas de coesão, para a qual contribuem os diferentes modos de exercício das funções narrativas (lugar central do *pivot*, congregação de elementos audiovisuais, ligações, sequências...). Apontava (já então) também a maior importância dada ao espectáculo e às imagens no noticiário televisivo, que levava a que fosse dada uma cobertura desproporcionada a acontecimentos espectaculares e espectacularmente filmados (Weaver, 1975).

Esses acontecimentos espectaculares aparecem na televisão com frequência na forma de *outras notícias* (Langer, 1998), menos ligadas ao “significado ao serviço do poder”, mas sem deixarem de sustentar “relações assimétricas de poder”, marcadas ideologicamente por uma produção de sentido que recorre a líderes simbólicos, à empatia e identificação do espectador com as situações apresentadas, a um conjunto limitado de narrativas-tipo ancoradas em formas narrativas populares, a imagens estáveis e reiteradas, ao uso de símbolos de condensação na linguagem. Entre as narrativas tipo estão as histórias de vítimas, sejam pessoas singulares vítimas de circunstâncias fora do seu controlo (com a variante de algumas histórias apresentarem a solução do problema por via de *benfeitores*), ou a própria comunidade ameaçada por dramas colectivos. Nestas histórias, a audiência é colocada na posição de envolvimento e filiação, através de processos de enquadramento e de narração sistematicamente presentes (Langer, 1998: 79-80), já que as histórias fazem parte do seu nível de experiência, pela familiaridade das situações.

Sem serem um fenómeno novo, estas histórias e a presença dos seus protagonistas anónimos tem vindo a crescer nas notícias. David Altheide (1997, 2002) sublinha a contaminação de formatos em televisão a partir dos anos 1980, com o aparecimento de formatos noticiosos em programas de entretenimento a transformar situações em relatos reconhecidos e aceites *como notícias* pelas audiências e inversamente, na mesma lógica de entretenimento, elementos da ordem ficcional (como o recurso a fundo musical) a trasladarem-se para os noticiários televisivos. Sublinhando como as crianças fazem parte de um crescente discurso do medo, um medo difuso que atravessa as notícias, Altheide considera que o formato entretenimento se tornou chave para o aumento do enquadramento *problema*, associado a crianças. As características deste enquadramento envolvem uma estrutura narrativa simples, significados morais universais, um tempo e um espaço especificados, ausência de ambiguidade, um foco na desordem e uma ressonância cultural (Altheide, 1997: 653)<sup>1</sup>.

A dimensão de entretenimento nas notícias é também salientada por John Hartley (1998) quando contrasta as quatro meta-narrativas *modernas*, ou clássicas, que organizam as notícias (conflito, progresso, disputa e acidentes) com quatro meta-narrativas *pós-modernas: homílias*

---

<sup>1</sup> O autor ilustra esta sua tese com a problemática das crianças negligenciadas ou maltratadas nos Estados Unidos, configurada como problema numa lógica de entretenimento. A repetição do enquadramento problema do desaparecimento de crianças pretensamente raptadas e brutalizadas por estranhos acaba por esconder o facto de por detrás desses relatos estarem muitas vezes situações de fuga à violência familiar ou a disputas parentais (Fitz e Altheide, 1987). Outro enquadramento problema envolve instituições com responsabilidades na protecção de crianças contra maus-tratos parentais, história que desemboca rapidamente num discurso de culpabilização dos serviços públicos, redimindo a passividade da comunidade envolvente.

*seculares* (conhecimentos úteis, conselhos pessoais ou éticos, para uso pessoal, familiar e melhor desempenho social); *histórias cordiais*; *orientação para a esfera privada*; *fortalecimento da identidade de grupo*, viradas para uma perspectiva individualizada da audiência.

Articulando formatos e conteúdos noticiosos televisivos, estes sobre matérias de conflito e de consenso, no conceito de “arquitectura comunicativa”, Cottle e Rai (2006) distinguem entre a arquitetura “clássica”, que favorece a *informação sobre a ocorrência*, e outra arquitetura, menos analisada, a que favorece a sua *exibição*.

A arquitetura de *informação* contribui para promover a discussão pública e a deliberação em torno de matérias de divergência e o seu enquadramento clássico é o reportar breve (*reporting*) de informação sintética e actualizada sobre assuntos correntes, em peças sem contextualização ou espaço ao contraditório. Outros enquadramentos informativos são: o *domínio* de uma voz externa, a fazer passar a sua perspectiva ou posição; o *contraditório*, com inclusão de duas perspectivas; a *contestação*, o alargamento a várias perspectivas, a favorecer a discussão pública; a *denúncia/investigação*; a *militância* jornalística (Cottle e Rai, 2006: 170)<sup>2</sup>. A arquitetura de *exibição*, marcada pela expressividade estética e afectiva, orienta-se para o sentido de comunidade e de partilha de valores. Temas de consenso são mais favoráveis a enquadramentos de *exibição*, onde os autores situam o *serviço à comunidade*, o *interesse colectivo*, o *reconhecimento cultural* e *histórias fabulosas*, sem sinais de problematização ou perspectivas contraditórias em presença. Ao contrário da *informação*, a arquitetura de *exibição* apresenta graus de profundidade cultural e por isso mesmo “mostra” mais do que “delibera”: a sua essência e apelo assentam na comunicação de interesses e de identidades culturais partilhadas (idem: 170-1).

A aplicação desta conceptualização a noticiários televisivos de língua inglesa de seis países<sup>3</sup> evidenciou o destaque do enquadramento do *reporting* (59,4%), seguido do enquadramento dado por uma única voz externa (o *dominante*, 12%), ambos virados para a informação, correspondendo à representação clássica das notícias. Em terceiro lugar apareceu a arquitetura da *exibição*, e o enquadramento do *interesse colectivo* (9,6%), “onde as notícias elaboram e visualizam interesses partilhados, de grupos ou colectivos, pela consideração de *interesses comuns* pressupostos na matéria (idem: 177)<sup>4</sup>.

Estes contributos analíticos servirão de base para analisar a cobertura televisiva de eventos e problemáticas associados a crianças e jovens, tendo também presente a Convenção dos Direitos da Criança. Os direitos de protecção e de privacidade de crianças e jovens contrapõem-se com frequência à lógica televisiva, com a sua necessidade de imagens e de vozes, numa tensão entre o que está consignado juridicamente e o que são as rotinas jornalísticas na cobertura de situações de grande vulnerabilidade. Em Portugal, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, de 1999, salienta o predomínio do princípio da *privacidade*, pelo qual a promoção dos direitos e a protecção de crianças e jovens em situação de risco social deve ser sempre concretizada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada. Também o princípio da *proporcionalidade* e *actualidade* aliado ao direito de *participação* deveria suscitar alguma reflexão sobre o consentimento informado que diga respeito não apenas aos pais ou seus substitutos, mas também às próprias crianças e jovens (Ponte e Carvalho, no prelo).

Esta é uma discussão que ainda não mobiliza os jornalistas portugueses, à semelhança do desinteresse encontrado também noutros países, nomeadamente europeus, apesar dos esforços da

<sup>2</sup> Em inglês, os termos são *Dominant*; *Contest*; *Contention*; *Exposé/investigation*; *Campaigning*.

<sup>3</sup> O estudo incidiu sobre noticiários da Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, Índia, Singapura e África do Sul, e ainda de noticiários de canais de satélite.

<sup>4</sup> Uma ilustração desta arquitetura é uma peça sobre uma festa popular, onde são mostradas imagens de crianças excitadas e felizes, junto aos seus familiares.

Federação Internacional dos Jornalistas, na sua iniciativa Jornalismo 2000, para colocar questões éticas e deontológicas relacionadas com os direitos das crianças na agenda dos jornalistas<sup>5</sup>. O “bom senso” e o profissionalismo seriam garantias suficientes para um tratamento equilibrado destas matérias.

Para contrariar esta visão estreita e corporativa será importante que a atenção e a discussão destas e doutras notícias se alargue e fortifique por parte de uma opinião pública atenta e crítica, para o que contribui uma necessária literacia dos media e a existência de espaços de reflexividade e de discussão do próprio jornalismo. Neste sentido, o trabalho de monitorização de conteúdos, formação de jornalistas e fontes de informação e produção de documentos avaliativos que alimentem uma opinião pública crítica, que a Agência de Notícias dos Direitos das Crianças (ANDI) do Brasil tem vindo a realizar na última década, em expansão no continente sul-americano, constitui um excelente espaço para a reflexividade por parte de jornalistas.

## Metodologia

Procuramos nesta análise exploratória averiguar que agendamentos e enquadramentos apresentam os noticiários televisivos, o que colocam na ribalta ou mantêm fora de campo nas notícias que envolvem crianças.

A análise incide numa amostra de noticiários televisivos do primeiro semestre de 2005. Por questões logísticas e de inacessibilidade a arquivos televisivos, foi decidido gravar na íntegra, cada mês, cinco noticiários do “horário nobre” dos principais canais generalistas (RTP, SIC e TVI), apontando-se para um total de 90 noticiários, mas por dificuldades técnicas, o corpus acabou por se fixar em 72 noticiários, 24 de cada canal, emitidos nos mesmos dias<sup>6</sup>. Os critérios de selecção tiveram em conta incluir diferentes dias da semana (dias úteis, fim-de-semana), uma das semanas de campanha eleitoral das legislativas de Fevereiro de 2005, que daria a vitória ao PS, e o Dia Mundial da Criança, a 1 de Junho.

Na identificação do alinhamento do noticiário assinalaram-se todas as peças que apresentassem crianças e jovens menores de 18 anos e/ou questões relacionadas<sup>7</sup>. A delimitação da peça como unidade foi feita a partir do seu *lançamento* pelo pivot, contabilizando-se o seu tempo total, até o pivot lançar outra peça, referente ou não a crianças. As peças foram depois transpostas para suporte digital e submetidas a uma Análise de Conteúdo formal e temática, com recurso ao programa SPSS, e a sucessivos visionamentos para identificação do discurso televisivo (ligação ao fluxo do alinhamento, composição da imagem, identificação de palavras-chave, interpelação e marcação da posição do espectador, incluindo intervenções do pivot...).

As categorias formais de análise televisiva compreenderam variáveis como: destaque (existência ou não de chamadas e seu número); posição no alinhamento (abertura, fecho, bloco horário); duração da peça (inferior a um minuto, entre 1 e 3 minutos, entre 3 e 5 minutos, mais de 5 minutos); recurso ou não a efeitos especiais de dramatização (como planos de intensificação dramática como grandes planos e de detalhe; iluminação especial; efeitos sonoros como música voz

<sup>5</sup> O Código Deontológico dos Jornalistas portugueses, de 1993 e anterior portanto a esta Lei de Protecção, é parco em orientações no que se refere à crianças, já que o seu artigo 7º assinala apenas que não devem ser identificados “os delinquentes menores de idade”.

<sup>6</sup> O corpus é constituído por: cinco dias de noticiários de Janeiro (dias 19, 20, 21, 22 e 23), cinco de Fevereiro (dias 6, 7, 8, 9 e 10) e cinco de Abril (dias 11, 12, 18, 20 e 21); 4 noticiários de Março (dias 7, 8, 9 e 11), 2 noticiários de Maio (dias 1 e 2) e 3 noticiários de Junho (dias 1, 21 e 23).

<sup>7</sup> Nem todas as peças as que fazem parte deste corpus incidem especificamente em crianças e jovens, mas foram tidas em conta se apresentam com destaque a situação de crianças e jovens num dado contexto (por exemplo, uma instituição, um país).

distorcida, etc.). As categorias temáticas seguiram o Protocolo usado na imprensa: Risco Social; Saúde, Assistência e Família; Educação; Prevenção e Segurança; Comportamentos e Consumos; Insólitos e outros temas (Quadro I).

Quadro I: Categorias temáticas das notícias sobre crianças

<p><b>Risco Social:</b> Situações e problemáticas em que a vida da criança ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional são considerados em risco social: Abandono, negligência, maus-tratos; Violência sexual; Delinquência; Tráfico; Disputas pelo poder parental; Crianças institucionalizadas; Adopção; Trabalho infantil; Crianças vítimas de guerra e de catástrofes. Outras situações (onde se incluem políticas públicas nesta matéria).</p> <p><b>Saúde, Assistência, Família:</b> Saúde: doenças; infra-estruturas e redes de Saúde; campanhas ou avaliação de medidas governamentais. Assistência: redes e infra-estruturas, programas de intervenção. Família: natalidade, recomposição do agregado familiar, papéis na família.</p> <p><b>Educação</b> – Iniciativas e situações enquanto aluno, dentro e fora da sala de aula.</p> <p><b>Prevenção e Segurança:</b> Acidentes (fora e dentro do espaço doméstico): Políticas, regulações, medidas ou campanhas de prevenção e segurança.</p> <p><b>Comportamentos e consumos:</b> Interesses, comportamentos, competências; Iniciativas e actividades com vista ao seu desenvolvimento integral; Produtos e produções que lhes são destinados.</p> <p><b>Insólitos e outros temas:</b> Nascimento e ocorrências bizarras; Criança Olímpica, filha de pessoas famosas; Campanhas de solidariedade protagonizadas por figuras públicas.</p>
--

Como dados de contextualização, recorde-se que no primeiro semestre de 2005 era frequente estes noticiários ultrapassarem uma hora, mas a tendência decrescente da duração começava a notar-se, a par da redução da audiência média (Markttest, 2005). A distribuição da audiência televisiva apontava ligeira vantagem para o Telejornal, da RTP (30,6%), seguido pelo *Jornal Nacional* da TVI (29,5%) e, a maior distância, do *Jornal da Noite*, da SIC (27,9%)<sup>8</sup>.

O *Telejornal*, apresentado por José Rodrigues dos Santos e José Alberto Carvalho, tinha menor duração média (55") e menos peças (média de 27). O *Jornal Nacional*, apresentado então por Manuela Moura Guedes e José Carlos Castro, tinha a maior duração média (1h 3' 56") mas menos peças (média de 29) do que o *Jornal da Noite* apresentado por Rodrigo Guedes de Carvalho e Paulo Camacho (média de 31 peças e 1h 3' 01"), pela decisão editorial da TVI de encerrar o seu noticiário com extensas peças de reportagem, anunciadas ao longo da emissão. Entre os pivots, há diferenças no desempenho, distinguindo-se o estilo acutilante e avaliativo de Manuela Moura Guedes e gestos de complicitade com o espectador, de Rodrigues dos Santos, com os restantes a terem uma postura mais sóbria.

### Análise dos resultados

Nos 72 noticiários, foram contabilizadas 111 peças no total, com os canais privados a registarem maior presença: enquanto na RTP metade dos noticiários analisados (12) não tem qualquer peça que envolva crianças e jovens, houve apenas três noticiários da TVI e quatro da SIC sem peças neste corpus. Como mostra o Quadro II, 25 peças são da RTP, para 48 da SIC e 38 da TVI. No tempo total, que ultrapassa quatro horas, a TVI lidera destacada, com mais de duas horas, devido a ter mais peças de duração superior.

Quadro II: Peças e tempo total por Canal

<sup>8</sup> No segundo semestre de 2005 o *Jornal Nacional* da TVI passa a liderar o share, com 31,6%, distanciando-se do *Telejornal* da RTP (29,4%) e do *Jornal da Noite*, da SIC (27,6%). No global de 2005, é o *Jornal Nacional* que lidera (30,5%), seguido de perto pelo *Telejornal* (30%).

Canal	Nº de peças	Tempo total das peças (aprox.)
RTP	25 (22,5%)	55 minutos (19,5%)
SIC	48 (43,2%)	98 minutos (35%)
TVI	38 (34,2%)	128 minutos (45,5%)
Total	111 (100%)	281 minutos (100%)

Como se pode ver pelo Quadro III, são escassas em todos os canais peças que envolvem crianças ou jovens com duração inferior a 1 minuto, uma forma de *reporting* jornalístico clássico, sumário e directo. Predominam em todas as peças com duração entre 1 a 3 minutos, sobretudo na RTP (84% das suas peças).

No canal público há apenas uma peça com duração superior a 3 minutos e nenhuma superior a 5 minutos. Enquanto a SIC tem apenas três peças com mais de 3 minutos, a TVI tem nove, seis das quais com duração largamente superior a cinco minutos, algumas mesmo com mais de 15 minutos de duração<sup>9</sup>. Cinco destes 24 noticiários da TVI tiveram como final reportagens extensas onde crianças e jovens foram protagonistas ou apareceram em destaque.

Quadro III: Duração das peças por canal

Canal	Nº peças	< 1 minuto	1-3 minutos	3-5 minutos	> 5 minutos
RTP	25	3 (12%)	21 (84%)	1 (4%)	0
SIC	48	6 (14,3%)	39 (79,6%)	1 (2,2%)	2 (4,4%)
TVI	38	3 (7,9%)	26 (68,4%)	3 (7,9%)	6 (15,8%)
Total	111	12 (10,8%)	86 (77,4%)	5 (4,5%)	8 (7,2%)

Ao contrário do habitual predomínio de vozes oficiais e institucionais nas peças jornalísticas, nestas peças televisivas que envolvem crianças e jovens têm lugar destacado as vozes de familiares, nomeadamente os seus pais (34,5%), seguida de vozes de crianças (22,7%), agentes de segurança (20,9%), jovens (13,6%) e profissionais de saúde a nível local (11,8%). Estas vozes estão assim, em número de presenças, à frente de vozes de membros do governo (10,9%) ou de entidades oficiais ligadas à infância (8,1%). Esta distribuição que privilegia as vozes de pais e de crianças é acentuada na TVI e SIC, e traduz um tratamento de eventos ligados a crianças e jovens pelo lado da esfera privada, da ocorrência singular e da sua resolução a nível local, com escassez de problematização e de auscultação de responsabilidades políticas.

Na distribuição por temas realça a categoria Risco Social, em todos os canais (Quadro IV), seguido da Saúde/Assistência, nos canais privados, e Educação na RTP.

Quadro IV: Categorias temáticas das peças por canal

<sup>9</sup> Apenas uma das peças mais extensas da TVI não foi colocada como remate: a denúncia de um relatório sobre maus-tratos na Casa do Gaiato, colocada no bloco de abertura, com 10 minutos de duração. As reportagens mais extensas incidiram sobre a fome em Angola (Os Meninos da Jamba, com 18' 48"), mães adolescentes (Mães Coragem, 17' 19"), um menino pastor alvo de uma campanha de solidariedade promovida pelo canal, que recebe um computador e visita a cidade (E um Menino ficou mais feliz, 13' 46"), uma escola muçulmana em Palmela (Filhos de um Deus Diferente, 11' 24"), prostituição no Brasil (Portugueses à caça de sexo no Brasil, 7' 13").

Canal/temas	Risco Social	Saúde Assistência	Educação	Insólitos	Comport. consumos	Segurança	Total
RTP	11 (44%)	2 (8%)	7 (28%)	2 (8%)	2 (8%)	1 (4%)	25 (100%)
SIC	22 (42,2%)	10 (20,4%)	6 (12,2%)	4 (10,5%)	2 (4,1%)	4 (8,2%)	48 (100%)
TVI	18 (47,3%)	7 (18,4%)	3 (7,9%)	5 (13,1%)	3 (7,9%)	2 (5,3%)	38 (100%)
Total	51 (44,4%)	19 (17%)	16 (14,3%)	11 (10,1%)	7 (6,3%)	7 (6,3%)	111 (100%)

Vejamos sumariamente alguns agendamentos e enquadramentos, identificando características das peças dos vários temas e como foi tratado o Dia Mundial da Criança, uma data simbólica que poderia contribuir para uma maior visibilidade das políticas de infância.

Apenas quatro matérias coincidiram nos mesmos dias nos três canais, e duas das matérias comuns ocorreram no Dia Mundial da Criança. Nesse dia 1 de Junho, os três canais deram continuidade ao caso de uma criança afogada num tanque, no norte do país, dois dias antes, com o pai a acusar a mãe de negligência e a Comissão de Protecção local a dar conta também do atraso da decisão judicial do poder paternal sobre aquela criança já sinalizada como estando em risco. A outra matéria comum foi a visita de Martunis, o menino indonésio salvo do Tsunami e que vestia a camisola da selecção nacional, à Federação Portuguesa de Futebol, evento agendado para essa data simbólica. Num caso, é mais uma criança vítima de circunstâncias fora do seu controlo (evidenciada também a burocracia do sistema judicial), no outro é a criança vítima de uma catástrofe natural, a “criança nacional” beneficiária da “nossa” atenção e solidariedade.

Nesse dia 1 de Junho, o ministro do Emprego e Solidariedade Social, Vieira da Silva, referindo o lado simbólico da data, anunciou em declarações aos jornalistas o reforço dos técnicos para as Comissões de Protecção, na aparente solução ao enquadramento *problema* da falta de técnicos das Comissões, que emergira de novo no caso Vanessa, um mês antes. Ignoradas pela TVI, as declarações do ministro aparecem no primeiro bloco da RTP e da SIC, que coincidem na peça de abertura deste bloco sobre o Dia Mundial da Criança, o caso da criança afogada.

Na RTP, crianças em risco é a expressão chave: “*Dia da Criança: Portugal está entre os países com mais crianças em risco*”. Após a notícia da criança afogada e das declarações do ministro, Vieira da Silva, num enquadramento informativo de *domínio* de uma voz de autoridade, seguem-se duas reportagens alusivas ao Dia, uma sobre as actividades do Moinho da Juventude, na Cova da Moura e outra sobre como crianças filhas de reclusas passaram esse data simbólica graças “*à solidariedade de uma empresa de distribuição*”. São histórias de *outras crianças*, onde a generalização da condição de risco se estende ao território estigmatizado: “*Valter, Valtinho para os amigos, é um artista dos matraquilhos e está a sair-se bem no domínio dos bonecos. Na vida as coisas são mais complicadas para quem nasceu num bairro dito problemático.*” Nessa peça são entrevistados técnicos e monitores do Centro e Valter, tímido frente à câmara, num interrogatório também estigmatizante:

- “O que gostas mais na escola?
- (Silêncio) De jogar.
- Jogar. Jogar futebol...
- E disciplinas das outras? Matemática? Português?
- (Silêncio) Não gosto muito.
- Não gostas muito? Não gostas muito dos livros...” (...)

A estas peças sobre crianças em risco ou a viver em ambientes acentuados pela diferença face à norma (“bairro problemático”, prisão), segue-se a peça sobre Martunis, prolongando o lado festivo do Dia Mundial da Criança, num bloco sobre o tema que no total durou 10 minutos.

Na SIC, o enquadramento foi diferente. À peça de abertura sobre as circunstâncias de não resposta judicial atempada à situação de risco social da criança afogada (5 minutos), seguem-se duas peças, que recordam os casos de Joana e Vanessa, também sinalizadas pelas Comissões e vítimas de maus-tratos, a anteceder a peça com as declarações do ministro Vieira da Silva à comunicação social, e a que se segue uma entrevista em estúdio (a única deste corpus), de quatro minutos, a Dulce Rocha, presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. No conjunto, a SIC dedicou 15 minutos do primeiro bloco do noticiário à discussão da problemática das crianças em risco social, num enquadramento informativo que reuniu várias perspectivas, dissociando-o contudo da data simbólica. A peça sobre a visita de Martunis e outras comemorações festivas do Dia surgem quase no final do noticiário. Num momento o negativo e o somatório de casos singulares, no outro a festa.

Na TVI, que ignorou as declarações de Vieira da Silva, entram no noticiário desse dia várias peças que referem crianças sem conexão com a data (rapto por disputa do poder paternal; criança com malformação congénita; a criança afogada), separadas do bloco dedicado ao Dia Mundial da Criança, que fecha o noticiário, com 9 minutos: duas breves reportagens de festas locais (uma delas da secção da Casa Pia perto “do tribunal onde decorre o julgamento”) e outra, mais longa, de auscultação a crianças assim “lançada” por Manuela Moura Guedes:

*“Ora então, mais um lugar comum: é de pequenino que se torce o pepino e, acrescentamos nós, que se aprende a apertar o cinto. As crianças portuguesas são cada dia bombardeadas com a palavra que nos atormenta a todos, a tão falada crise. Vamos então ver como os mais pequenos encaram a questão que está a abalar o país.*”

Com o título “O ‘apertão’ pelos olhos deles”, são ouvidas crianças de várias idades, num espaço público onde decorre uma festa. Filmadas num plano descendente que acentua a posição de menoridade, meninos e meninas, brancos e negros, respondem ao interrogatório cerrado da jornalista (“o que é a crise, porque é que há crise, quem é o culpado da crise...”). A concretização apressada e pouco cuidada da proposta privilegia o humor extraível das respostas dos mais novos sobre a sua auscultação sobre um tema que está também nas suas vidas.

Além das duas matérias comuns nos três canais, nesse dia, coincidiram nos mesmos dias apenas duas outras, provenientes de agências internacionais: um sequestro de crianças na Alemanha protagonizado por um iraniano (11 de Abril), um evento relativamente raro mas que constitui um dos “mitos urbanos”, e o diferendo entre pais de uma criança com malformações congénitas e o corpo clínico favorável a que cessasse a assistência médica, no Reino Unido (21 de Abril), ocorrências de insegurança e de controvérsia que se prestam ao enquadramento de afinidade afectiva, “podia ser o meu filho”.

Vejamos também sumariamente outros agendamentos e enquadramentos dos temas mais frequentes.

Na categoria Risco Social, as notícias da SIC e TVI fazem referência continuada aos mesmos casos de maus-tratos e violência sexual, na produção de um folhetim de final incerto, são recorrentes evocações de lugares e de nomes que se tornaram simbólicos: julgamento do caso *Casa Pia*, escândalo social que emergiu em Novembro de 2002 e que terá contribuído para colocar na agenda noticiosa o tema do violência sexual sobre crianças, presente noutras peças deste corpus; o processo judicial do caso *Joana*, menina de oito anos, desaparecida em Setembro de 2004 e que levaria à detenção da mãe e tio; averiguações policiais sobre o caso *Vanessa*, em Maio de 2005, morta antes

de o seu corpo ter sido lançado ao rio, outro nome na lista de crianças maltratadas por famílias disfuncionais e crianças já referenciadas como estando em risco social.

A Casa Pia não é apenas notícia pelo que acontece no julgamento, do qual foram contabilizadas apenas as peças com referência directa às vítimas de violência sexual. Referências à Casa Pia aparecem noutras peças: uma festa num dos seus colégios, a 1 de Junho; protestos de funcionários que acusam os jovens internos de insubordinação; protestos de jovens casapianos, que se consideram vítimas de discriminação e de agressões policiais.

Peças que apresentam outras instituições de acolhimento a crianças e jovens em risco são das mais extensas da SIC e TVI, em enquadramentos de *exibição* dos cuidados que prestam, com frequente recurso a imagens identificadoras de crianças e jovens, o que é contrário ao que aponta a Lei de Protecção. Fundo musical suave, grandes planos de rostos infantis, os seus desejos a terem uma família “*como qualquer criança normal*”, a domesticação de jovens em risco (“*entram gatas do telhado e saem gatinhas domésticas*”, diz técnica de um Lar), apelam à empatia e compaixão do telespectador pelo mundo *dessas* crianças e jovens sem família, onde as mais velhas são apresentadas como “*potenciais marginais*”.

Comportamentos juvenis e os seus possíveis riscos aparecem em duas extensas reportagens sobre gravidez na adolescência, também nos canais privados. Há contraste entre histórias singulares de sucesso (aceitação familiar, continuação dos estudos) protagonizadas por adolescentes brancas com histórias de rejeição, vividas por adolescentes negras, acolhidas em instituições de abrigo temporário. Apesar da sua extensão, nenhuma das reportagens problematiza a gravidez de adolescentes ou refere a educação sexual, privilegiando o foco na assistência temporária a jovens mães. A narrativa melodramática acompanha estas imagens. Sobre uma jovem mãe negra que acaba de dar à luz: “*Neusa sabe que para ser feliz não precisa de contar com ninguém mas apenas com a sua capacidade para criar e amar este bebé.*”

Numa das poucas peças de início do noticiário, a instituição Casa do Gaiato, destinada a rapazes, é alvo de “*investigação TV*”. Um exclusivo do canal denuncia o arquivamento de um relatório da Segurança Social sobre esta instituição, “*explosivo, chocante e arrasador*”, a que teve acesso. O ministro da tutela, Fernando Negrão, é interpelado com dureza pela jornalista pela decisão de arquivamento e silenciamento, em vários momentos da peça, e a sua voz é contraposta à da presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, que reitera a gravidade do conteúdo do relatório. O enquadramento do *contraditório* das perspectivas de duas figuras públicas é secundário face ao enquadramento de *denúncia jornalística*, da instituição e do dirigente político que a cobriu. Note-se que as imagens da peça (repetidas pela sua escassez para os 10 minutos de duração) recorrem a planos desfocados, a esboços e desenhos, sem exposição das crianças institucionalizadas.

Não há neste corpus peças sobre delinquência juvenil, tema que teria visibilidade na abertura dos noticiários a 10 de Junho desse ano, com o enquadramento de *comunidade em perigo* para os acontecimentos na praia de Carcavelos, configurados simbolicamente como “*arrastão*”. Contudo, como vimos, sinais de estigmatização de jovens, associados à cor da pele e a espaços encontram-se nestas peças sobre riscos.

Três em cada quatro peças sejam de origem nacional, mas os três canais incluem histórias de todos os continentes: maus-tratos sobre crianças adoptadas, nos EUA; sequestros e raptos na Europa (Alemanha, Reino Unido); tráfico e crianças com fome em África (Nigéria, Angola); “*menores que se prostituem*”, no Brasil. A sua presença revela como a geografia separa um mundo mais próximo, o das *nossas crianças* em perigo (de sequestro e rapto) e as realidades das *outras crianças*, sem família, vendidas, desnutridas ou que recorrem a “*dinheiro fácil*”.

Merecem atenção pelo seu tempo de produção e de exibição as extensas reportagens da TVI. No final do noticiário e com chamadas no seu decurso, acentuam as fronteiras culturais e de recursos entre o mundo dominante e *outros*, seja o único colégio islâmico em Portugal (*Filhos de um Deus diferente*) ou as crianças líderes simbólicas das vítimas da fome no sul de Angola (*Os Meninos da Jamba*). Nesta reportagem, a mais extensa e que realça a intervenção humanitária da AMI, numa conjugação de interesses, a *exibição* da diferença passa por recursos melodramáticos (música de fundo, grandes planos, movimentos lentos de câmara), uma sumária contextualização redutora (*a tragédia da má nutrição vem dos tempos da guerra civil*), e as crianças são o rosto mais visitado, mais interrogado (*Custa muito viver na Jamba?*, *Tens fome? Gostavas de comer o quê?*). Destas imagens intrusivas decorre o apelo da pivot à comunidade dos espectadores: *Sonhos tão pequeninos que qualquer um de nós pode ajudar a construir*.

Exemplo da coesão pelo alinhamento entre peças é a colocação da reportagem *Portugueses à caça de sexo no Brasil*, na sequência de uma peça de promoção do estado do Rio Grande do Norte como destino *seguro* de férias, na Feira do Turismo de Lisboa. A reportagem em Fortaleza começa por incluir meninas de 13 e 15 anos, filmadas à noite, de costas, e apresentadas como agentes do seu *negócio* (*Paloma e Júlia são menores de idade e são prostitutas. Muitos dos seus clientes são portugueses, são turistas portugueses. Elas têm muitas histórias para contar*). As duas meninas relatam situações de violência sexual e roubo que chegam mesmo a ameaças de morte, relatos brutais e matéria *quente* que a jornalista procura. De relance mostra-se cartazes a referir a ilegalidade da prática de actos sexuais com menores, são ouvidos um inspector judicial e a sua impotência (*o indício é muito forte, o difícil é provar*), o dono de uma discoteca que *tenta remar contra a maré*. A sua situação é amalgamada com a de jovens adultas, mostradas em imagens. As vozes de casais portugueses em férias no local nunca referem a violência sexual sobre meninas. A jornalista introduz: *Entre famílias portuguesas, uma ida a Fortaleza pode causar problemas entre marido e mulher*, abrindo para comentários de cônjuges portuguesas, entre risos: *não o deixava vir sozinho, há muita piranha por aqui... muita tentação...* A violência sexual contra meninas e as campanhas nesse sentido não são o foco desta reportagem num ambiente distante, diluem-se nos comentários de casais de turistas portugueses (*nós*) e das autoridades locais (*eles*) que *fecham os olhos* pelo contributo para a economia. *Não custa a entender como meninas se deixam seduzir pelo dinheiro fácil da prostituição*, conclui a jornalista, que continua assim a apresentar no seu discurso as meninas como agentes da sua situação, num enquadramento desresponsabilizante de quem pratica actos sexuais com elas, silenciados enquanto *exploração* e *violência*.

Das 19 peças sobre Saúde e Assistência, 16 incidem sobre doenças. A obesidade é a única tratada nos três canais, em diferentes momentos, através enquadramentos e sensibilidades na *exibição* de imagens de crianças com excesso de peso, na forma de narrativas de partilha e aconselhamento, onde são ouvidas mães e especialistas.

Nos canais privados, outras doenças e carências de assistência estão vincadas. Noticiam-se casos singulares de crianças vítimas de doenças incuráveis, como o cancro e a leucemia (com o rosto de uma criança na origem de uma campanha de sensibilização para doação de medula óssea), ou contagiosas (surtos de meningite ou outros em escolas), com coincidência das mesmas ocorrências a ameaçarem comunidades locais e onde pais descreem na intervenção de autoridades de saúde. Chamar as câmaras dos canais privados é um recurso usado por familiares de crianças vítimas do sistema de segurança social ou de negligência médica, em apelos dramáticos de pais (sobretudo mães). Contra a ineficácia das redes de assistência, introduz a pivot da TVI: *pagamos nós os impostos, descontamos para a Segurança Social e costumamos contribuir generosamente para peditórios...* O envolvimento de parceiros mobilizados pelas denúncias proporciona a *história*

de final feliz”, pela “*generosidade dos nossos telespectadores*” que alimenta o sentido de comunidade e o descrédito nos sistemas públicos.

Ocorrências distantes tornam-se próximas com a proximidade experiencial das situações, a indiciar um mundo global em perigo e a perda de confiança na base alimentar tradicional: “*Nas Filipinas morreram pelo menos 30 crianças com uma intoxicação alimentar. Os meninos comeram como habitualmente uma refeição na escola primária que frequentam, em Bohol, a 650 quilómetros de Manila. Segundo a polícia, as crianças sentiram-se mal depois de terem ingerido alimentos que continham raízes de mandioca*” (RTP, também notícia na TVI). Ocorrências próximas e inexplicáveis à luz da ciência alimentam receios nos limites do conhecimento médico, o discurso do medo: “*Uma criança de oito anos morreu há duas semanas na Póvoa do Varzim, vítima de uma infecção no sistema nervoso central. A infecção foi provocada por uma ameba. Os médicos não conseguem explicar quando nem onde aconteceu a contaminação*” (TVI).

É de Educação a peça mais extensa da RTP, “colada” a uma visita do presidente da República a Paris: reportagem sobre o ensino da “*língua de Camões*” em quatro escolas públicas da capital francesa, no início do telejornal. Com maior cobertura de matérias de educação, o canal público apresenta reportagens sobre medidas recentes (como currículos alternativos), de calendário e com conflito (como os exames nacionais, com estudantes nervosos e professores em greve) ou iniciativas escolares (“*Escola com legumes*”, sobre horta escolar). Na SIC e TVI, a cobertura da Educação, mais reduzida, tem uma tonalidade mais crítica para o governo, como manifestações dos estudantes do ensino básico e secundário “*por melhores condições de ensino*”, ignoradas no noticiário da RTP desse dia 12 de Abril.

Num espaço noticioso com um total de cerca de 30 peças, matérias insólitas ocorridas algures no mundo e associadas a crianças revelam a carga expressiva e afectiva destas notícias. Para além de Martunis, a “criança nacional”, histórias fenomenais, do incrível, associadas a crianças com malformações, nascimentos insólitos (“*gémeos com dois meses de diferença, já a seguir*”), disputa da maternidade de criança por várias mães, proezas cometidas por crianças algures no mundo (“*guiou um carro aos quatro anos*”), entre outras, têm lugar no noticiário pelo seu valor simbólico, ancoradas em fábulas e histórias bíblicas, na partilha de medos e no assombro do derrube de limites. O próprio canal produz insólitos, numa linha de auto-promoção, como a campanha da TVI em torno de um jovem pastor do interior, uma história fabulosa, de como “a televisão pode mudar a vida das pessoas” (“*E mais uma vez os portugueses mostraram toda a sua solidariedade...*”). Em “*E um menino ficou mais feliz*”, expõe o jovem e o seu deslumbramento perante o mar, o centro comercial que visita pela primeira vez e o computador que acaba de receber, no formato de *reality show*.

A contrastar com a frequência dos folhetins de tribunal e a recorrência dos mesmos nomes simbólicos, dos dramas singulares, insólitos, inesperado e iniciativas dos canais na sua vertente assistencialista, não se registou qualquer peça relativa à situação de crianças e jovens nos 30 noticiários da amostra que abrangeram a pré-campanha e a campanha eleitoral para as legislativas, nos meses de Janeiro e Fevereiro.

## Notas finais

Com um carácter exploratório, esta análise de 72 noticiários de televisão deu conta de peças que envolvem crianças e jovens associadas a contextos de risco e de medo, configuradas por enquadramentos menos de informação e de controvérsia e mais de exibição e de construção espectacular, de alta ressonância cultural e mitológica. Esses enquadramentos repetem e actualizam histórias de crianças mártires (“o massacre dos inocentes”), vítimas da barbaridade de familiares carrascos, de intempéries naturais e da guerra, de doenças incuráveis e da incúria do Estado ou

ultrapassando essa condição por via de benfeitores, nos quais o espectador se pode incluir. Vítima *deles* ou do destino e beneficiária da *nostra* boa-vontade são assim duas vias fechadas que recusam a problematização.

Evidencia-se assim a orientação para a esfera privada, a par da exclusão da agenda de políticas públicas de infância e juventude. É rara a voz de políticos, governantes ou candidatos a deputados, nomeadamente no período pré-eleitoral. Para além da escassez no agendamento público, para a qual contribuem os próprios agentes políticos e sociais, enquadramentos de cariz informativo e de promoção de um espaço de debate e de deliberação em torno de políticas para a infância e juventude estiveram aqui praticamente ausentes, face a enquadramentos orientados para o singular, para o espectador menos como cidadão e mais como *parente* e consumidor de histórias culturalmente identificáveis, em peças de aconselhamento ou de exibição de situações do *nosso mundo* e do *mundo dos outros*.

A análise deu conta de variações entre canais na selecção e tratamento de matérias associadas a crianças e jovens, bem como nos desempenhos de pivots na interpelação da audiência pelo recurso ao *nós* inclusivo. No canal público predominou a escassez de peças e uma maior dependência de fontes e agendamentos oficiais, nos canais privados encontraram-se mais peças com recorte singular e espectacular, constituindo algumas delas confrontações a sistemas públicos (saúde, assistência social, educação), com descrédito nas autoridades. É ainda nestes últimos que se encontram as duas únicas peças de interpelação directa a responsáveis políticos e institucionais, e é apenas na SIC que o Dia Mundial da Criança constitui o “cabide noticioso” para, evocando crianças vítimas de maus-tratos, se discutir o funcionamento do sistema social de protecção a crianças e jovens em risco.

Nestas peças onde crianças e jovens protagonizaram ou tiveram papel de destaque, as crianças aparecem sobretudo como vítimas de situações que não controlam. Nas peças que apresentam jovens, mais escassas em número, ressaltou um maior protagonismo. Vários destes jovens são de minorias étnicas e aparecem em contextos de fragilidade social (sem família, a viverem em “*bairros ditos problemáticos*”), numa sobre-representação étnica associada a territórios marcados pelo estigma da pobreza e da diferença.

Se várias peças ignoraram o direito à privacidade das crianças em risco, poucas fizeram dessa diferença a sua matriz. O respeito e a sensibilidade também são lacunas nas formas como as crianças são filmadas e ouvidas, no tempo apressado de resposta que lhes é exigido. Entrevistar e ouvir crianças exige cuidados para que se evite a *menoridade* da sua posição social e se respeite o seu direito a fazer-se ouvir. O consentimento informado é outra questão que se coloca, nomeadamente na produção de imagens que colocam em evidência situações desagradáveis para a criança e o jovem, como a exibição pública do seu corpo.

Para o estudo do jornalismo televisivo, ressalta também desta análise a necessidade de ir mais longe do que a quantificação de conteúdos, tempos e outros indicadores. A atenção às *formas* das notícias, como se combinam com conteúdos e temas, como constituem e posicionam os espectadores pelos recursos próprios do meio televisivo, entre eles a figura de autoridade do pivot, e como configuram um aparente “realismo” por enquadramentos de informação – *nestas notícias*, sobretudo de *exibição* – é necessária também para um programa de leitura crítica dos media.

## Bibliografia

- Altheide, D. L. (1997). The News Media, the problem frame and the production of fear. *The Sociological Quarterly*, 38(4), 647-668.
- Altheide, D. L. (2002). Children and the Discourse of Fear. *Symbolic Interaction*, 25(2), 229-250.

- Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a new modernity*. London: Sage.
- Beck, U. (2000). *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI.
- Carey, J. W. (1989). *Communication as Culture: Essays on Media and Society*. London: Routledge, 1992.
- Cottle, S., & Rai, M. (2006). Between display and deliberation: analyzing TV news as communicative architecture. *Media, Culture & Society*, 28(2), 163-189.
- Fritz, N., & Altheide, D. (1987). The Mass Media and the Social Construction of the Missing Children Problem. *The Sociological Quarterly*, 28(4), 473-492.
- Hartley, J. (1998). Juvenation: News, Girls and Power. In C. Carter, G. Branston & S. Allan (Eds.), *News, Gender and Power* (pp. 47-70). London: Routledge.
- Langer, J. (1998). *Tabloid Television, Popular Journalism and the "Other News"*. London: Routledge.
- Ponte, C., & Carvalho, M. J. (no prelo). Crianças e jovens em situação de perigo social no contexto das tendências da cobertura jornalística sobre infância. *Polícia e Justiça*, nº 10.
- Weaver, P. (1975). As notícias de jornal e as notícias de televisão. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 294-305). Lisboa: Vega, 1993.